

METROPOLIZAÇÃO - POLÍTICAS PÚBLICAS, MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Ana Luiza Carvalho da Rocha¹
Clóvis Zimmermann²
Margarete Fagundes Nunes³
Norberto Kuhn Jr.⁴
Valdir Pedde⁵

No início do século XXI, o debate entre pesquisadores em torno do conceito de metropolização tem possibilitado avanços importantes para a investigação dos movimentos de concentração de poder econômico em determinadas áreas das grandes metrópoles contemporâneas, tanto quanto dos movimentos de concentração de trabalhadores em certos territórios em detrimento de outros.

Em se tratando de um fenômeno universal, caracterizado por ritmos de mobilidades incessantes de grupos sociais, sob o ponto de vista das políticas públicas e dos processos da metropolização, decorrem deste, custos sociais, culturais e ambientais, os mais diversos, que precisam ser pensados no âmbito de uma reflexão mais ampla acerca de ações coletivas orientadas, por exemplo, para o desenvolvimento sustentável ou para a promoção da justiça social e ambiental.

Diante do desafio de identificar e compreender as múltiplas maneiras de se pensar e operar o conceito de metropolização para o entendimento das políticas públicas no mundo contemporâneo brasileiro é que esta edição da Revista Gestão e Desenvolvimento propõe o dossiê **Metropolização - Políticas Públicas, múltiplas perspectivas de análise**.

Para contribuir com o debate é que trazemos ao leitor um conjunto de artigos que tratam do tema e da fluidez do fenômeno da metropolização no mundo contemporâneo, em especial no Brasil, e seus efeitos nas políticas públicas orientadas para o desenvolvimento social, principalmente, levando em conta os processos recentes de urbanização em escala mundial.

Neste sentido, os artigos aqui reunidos, sob pontos de vista diversos, refletem o processo de metropolização associado ao fenômeno mais recente da valorização de espaços e da ocupação territorial dos grandes centros urbanos brasileiros, revelando como tais processos se tornam, progres-

¹ Doutora pela Universidade René Descartes, Paris V, Sorbone (orientação Michel Maffesoli), Pós-doutorado em Antropologia sonora e visual, Universidade Denis Diderot, Paris VII (orientação Jean Arlaud)/Bolsa CNPq. Antropóloga do Laboratório de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS e professora da Universidade FEEVALE.

² Doutor em Sociologia - Universität Heidelberg (Ruprecht-Karls). Atualmente é professor da Universidade Federal da Bahia.

³ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Atualmente é professor da Universidade Feevale.

⁴ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professor da Universidade Feevale.

⁵ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Líder do grupo de pesquisa Metropolização e Desenvolvimento Regional e professor da Universidade Feevale.

sivamente, instrumentos de classificação de grupos sociais no interior de espaços cada vez mais fragmentados.

O dossiê aborda, por conseguinte, o processo de metropolização, tanto a partir dos efeitos de novas ordens que ele produz nas formas sociais, quanto dos efeitos espaciais que configuram os territórios urbanos. Tal abordagem nos permite deslocar o debate da antiga ordenação das diferenças culturais da vida cidadina segundo os eixos de centro e de periferia. Ou seja, não apenas apresenta uma reflexão sobre as identidades metropolitanas que surgem no coração de suas aglomerações como um todo, mas retoma os limites ordinários da cidade moderna, concebida por inúmeros autores clássicos tais como Walter Benjamin e Georg Simmel, num esforço para não associá-la *tout court* aos processos de metropolização das cidades contemporâneas com os universalismos advindos da globalização.

A metropolização provoca uma mudança nas formas como operam os processos de urbanização, que passam a operar cada vez mais em cadeia, além do que ela atua, ainda que de forma indireta, sobre todos os procedimentos de apropriação territorial que se produzem ao alcance de seu raio de abrangência. O artigo de Lanna Beatriz Lima Peixoto, **“Descalço eu não erro o caminho”, a cidade delineada pelos sentidos**, é no caso revelador. Tendo como foco de estudo a cidade de Salva-terra, localizada no Arquipélago do Marajó (Pará/Brasil), a autora nos leva a percorrer o impacto nas antigas formas ecológicas de se viver a “cidade” diante dos processos recentes de transformações e imposições de um processo de metropolização devastador na região.

Na mesma linha, segue o artigo de Matias Godio, Monica S. Siqueira e Santiago Uliana, **Políticas públicas y trabajadoras domesticas en el área metropolitana de Buenos Aires**, onde os autores abordam as dificuldades das políticas públicas argentina para implantarem o trabalho formal e os direitos sociais a ele associado em presença das heranças culturais do trabalho domestico feminino como parte da dinâmica familiar e identitária cidadina de seus habitantes.

Como aponta o artigo de Guilherme Michelotto Böes, **Além das ruas: imaginação e espaços da cidade pelo skate**, sob a ótica da pesquisa do cotidiano, os processos de metropolização se apresentam no interior das tensões entre as lógicas sociais e culturais de apropriações diferenciadas de um mesmo território urbano. A metrópole, vivida e representada por sua dimensão plural, híbrida e multirracial, se (re)apresenta, então, como verdadeiras manchas que se interpenetram na intencionalidade das ações de seus atores e seus agentes, numa disputa sempre recriada de sentido para o viver urbano. Em decorrência, a produção de novos espaços na inscrição de identidade sociais num mesmo território impõe à gestão pública desafios cada vez mais sofisticados no que se refere as suas propriedades específicas de direito de uso.

As faces do desenvolvimento no mundo contemporâneo têm a tendência de focar a produção do espaço metropolitano na perspectiva da lógica de acumulação de lucros intermináveis e de reprodução do capital. Mas esta não é o caso que se apresenta para uma pesquisa que se dedica a repertoriar o cotidiano das formas de vida social em contextos urbanos submetidos a processos de metropolização. De qualquer forma, o artigo mostra que a concentração de riquezas e o abandono de políticas públicas para bairros periféricos somente faz os problemas agravarem-se. O artigo de Tiago Pereira Leite, **Violência e políticas públicas para a juventude: aproximações entre os casos**

de Medellín e Cascavel, sobre as relações entre violência juvenil e as intervenções urbanas e políticas públicas voltadas para a juventude trata, ao contrário da assertiva anterior, da presença de altos índices de violência nas cidades de Medellín/Colômbia e de Cascavel/Paraná no interior dos chamados “bairros problemáticos”. Mas na cidade de Medellín, notadamente após a realização de intervenções urbanas voltadas para o desenvolvimento da região, mostram algumas possibilidades para a diminuição da violência.

Da mesma forma, o artigo de Ana Patrícia Barbosa, **Políticas públicas e construção de identidades sociais: um estudo etnográfico acerca das experiências geracionais juvenis na região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre/RS**, traz uma reflexão sobre as políticas públicas para a juventude na Região da Grande Cruzeiro, território considerado “sensível” na cidade de Porto Alegre/RS, e os seus efeitos concretos nas formas de ser e viver da população local; políticas implantadas como forma de superação das suas condições estruturais de pobreza, de violência e de segregação social.

Ainda sobre o tema da metropolização e das políticas públicas aplicadas as “áreas sensíveis” na perspectiva de seu “desenvolvimento” nos termos de uma cidadania, o artigo de Luana Dias Mota, **Sobre as relações entre pobreza e violência: notas de uma etnografia no Centro de Referência da Juventude da Cidade de Deus/RJ**, aponta para as repercussões múltiplas, os impactos diversos e a amplitude variada que as políticas de desenvolvimento contemplam. Para a autora, nos programas contemporâneos de gestão da ordem urbana a noção de “risco social” aparece com destaque em duplo sentido. Seja em referência ao crescimento da violência como uma ameaça à população urbana em geral; seja em alusão à condição de pobreza como fator de vulnerabilidade para os moradores das periferias das grandes cidades brasileiras.

Finalizando o dossiê, apresentamos o artigo de Flávio Leonel Abreu da Silveira **Para além das fronteiras territoriais, o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) como uma questão transnacional**, onde o autor trata das complexidades socioambientais relacionadas às dinâmicas das políticas de gestão e de conservação da biodiversidade no âmbito dos Parques Nacionais diante da presença humana em um contexto de preservação ambiental, detentor de significativa importância transnacional. O espaço tornado mercadoria e apropriado privativamente, o ordenamento territorial passam a ser revistos e repensados. Questiona-se, assim, o lugar que a questão ambiental assume no interior dos mecanismos mais recentes que tomam a urbanização ou metropolização como ponto de partida para o desenvolvimento econômico e social de um território.

Refletir sobre as formas de vida urbana na contemporaneidade sob a ótica da metropolização significa, portanto, pensá-las não apenas como fenômenos que participam da era da mundialização, fruto igualmente do progresso das novas tecnologias da informação e comunicação, da dinâmica dos mercados globais e dos seus setores de serviços, dos processos de circulação, mobilidade e passagem de pessoas e coisas, mas, principalmente, como de sistemas locais de redes de trocas e funções, abarcando atividades econômicas, políticas, culturais ou ideológicas singulares. Isto se observamos, concretamente, as escalas distintas dos espaços de metropolização vividas pelos habitantes dos grandes centros urbanos.

Grupo de Pesquisa Metropolização e Desenvolvimento Regional/FEEVALE